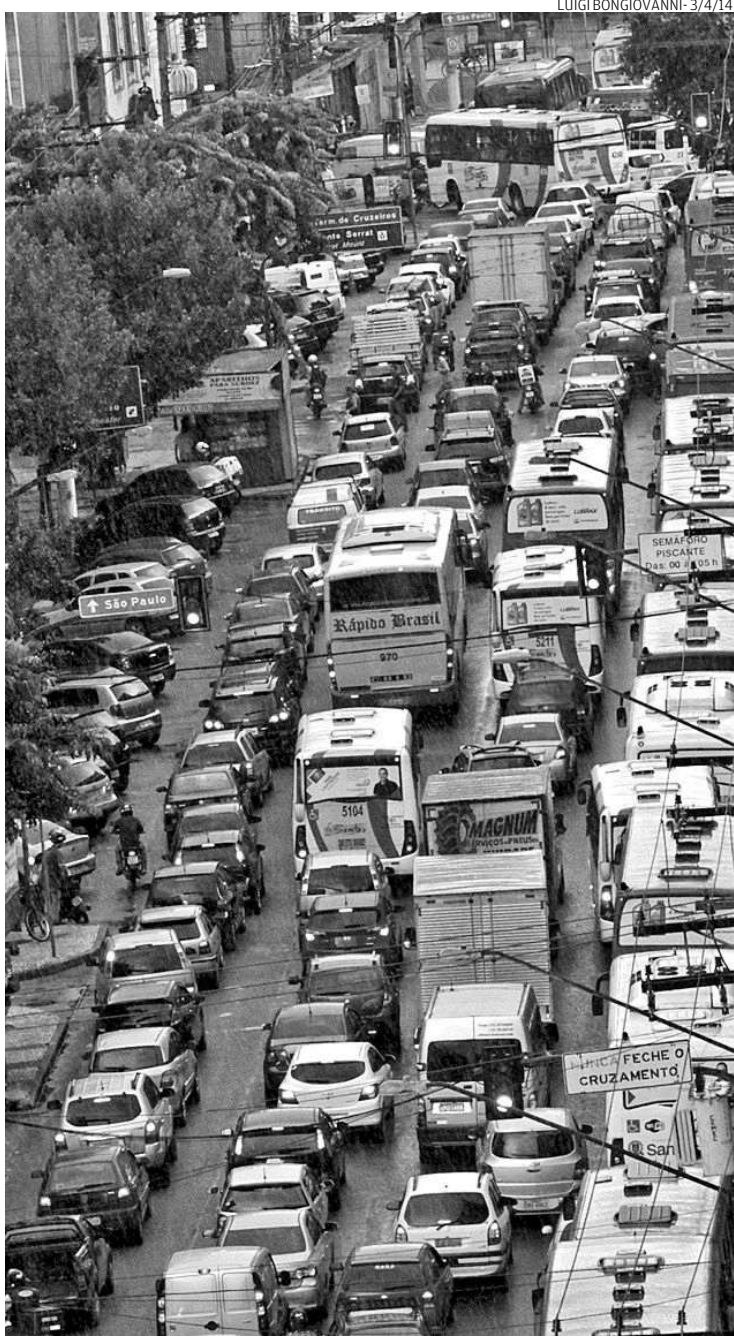


# Mobilidade: reduzir trajetos é o alvo

Nova proposta para uso e ocupação do solo em Santos mira a diminuição dos deslocamentos, que hoje convergem para a área central



A Rua João Pessoa é um dos principais nós a ser desatado pelo projeto

GUSTAVO T. DE MIRANDA

DA REDAÇÃO

A mobilidade urbana é um dos pilares da nova proposta de lei de uso e ocupação de solo que a Prefeitura de Santos apresenta hoje, na segunda reunião com o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU).

Diminuir a distância entre locais de moradia e trabalho é o principal desafio. E o diagnóstico da Administração aponta o nó a ser desatado: por concentrar as vagas de emprego, a área central é o principal polo de viagens na Cidade. Ao mesmo tempo, a Zona Noroeste (ZN) é o ponto de partida e chegada de grande quantidade de deslocamentos.

“Tanto a ZN como o Centro padecem de monofuncionalidade, cada um de uma forma diferente. Na primeira, as atividades econômicas são escassas. No segundo, é o oposto: há escassez de residências”, explica o arquiteto José Marques Carriço, responsável pela elaboração da nova proposta na Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Santos.

O resultado deste cenário é um grande desequilíbrio espacial, que resulta em deslocamentos pendulares diários e afeta diretamente as condições de mobilidade em Santos.

“O quadro que temos é de longos deslocamentos porque não existe oferta de em-

## Trâmite

**O Projeto de Lei Complementar para alterar a lei de uso e ocupação do solo santista está sendo apresentado para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano desde a semana passada. Além da reunião de hoje, uma outra acontecerá na próxima quarta-feira. Na sequência, serão realizadas audiências públicas para, depois, a matéria seguir para o crivo da Câmara dos Vereadores.**

## O que é?

**A política de mobilidade urbana tem como meta viabilizar os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano de um município. Diante do crescimento da frota de carros e motos que travou o trânsito das grandes cidades, é um desafio em todo o mundo.**

prego em algumas áreas. As pessoas precisam se locomover até o Centro. Esse é um desafio”, diz a arquiteta Cla-

risa Duarte de Castro Souza, conselheira do CMDU, pela Universidade Católica de Santos (UniSantos).

Para cada uma das regiões, a proposta defendida pela Prefeitura prevê amplas ações. Na Zona Leste, por exemplo, a ideia é promover uma conversão modal: os moradores precisariam deixar de lado o transporte individual em favor do coletivo. Na região portuária, pretende-se a reorganização das atividades.

Com o desenvolvimento da base econômica da Zona Noroeste, por meio de incentivos para a abertura de novos negócios, o Executivo quer ampliar a oferta de empregos nessa região para reduzir o número de viagens no Município.

“Nos levantamentos da Prefeitura, vemos que a Zona Noroeste depende dos eixos ao longo de vias abastecidas (de empresas), como a Avenida Nossa Senhora de Fátima. Essa mudança levaria comércios e serviços a outros pontos. Existe uma carência de emprego no miolo dos bairros”, cita a arquiteta Rosely Vaz Feijó, conselheira do CMDU pela Universidade Santa Cecília (Unisantia).

É possível dizer o mesmo do perímetro em torno do trecho da segunda fase do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Se de um lado a Administração aposta na renovação urbana e criação de

novas unidades habitacionais ao longo do novo modal, a ideia é incentivar o crescimento sustentável no local.

“A Cidade precisa direcionar a ação do mercado imobiliário. Não o contrário. O poder público deve planejar o espaço e o investimento. Se for preciso reduzir a construção de garagem individual, que se faça. Quem quiser comprar unidades com duas ou três (vagas para veículos), deve morar em outra região”, analisa Clarissa.

Carriço reforça essa tendência. “Estamos criando (com a proposta) um novo mercado na Cidade. A possibilidade de se construir unidades de mercado popular, de apartamentos compactos e econômicos, tanto no eixo do VLT, quanto nessa faixa central”, explica.

MOMENTO

Clarissa destaca a oportunidade de ampliar a discussão sobre o uso e ocupação do solo para que a Cidade cresça de maneira ordenada. “O momento para se imaginar a Santos de amanhã é agora. Depois a gente vai pagar o ônus ou bônus dessa lei. Vai depender de como essa legislação será trabalhada. Se não for equilibrada, alguém vai sair perdendo”.

LEIA AMANHÃ MATÉRIA SOBRE A PROPOSTA PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS

# Santos quer isentar vítimas da queda do avião de pagar impostos

DA REDAÇÃO

Perto de completar quatro meses da queda do avião em Santos que vitimou o candidato a presidente da República Eduardo Campos e mais seis membros da sua equipe, os proprietários dos imóveis danificados pelo acidente aéreo ainda aguardam definições legais para que os reparos sejam feitos.

Para estimular comerciantes a retomar suas atividades e os moradores a recuperar suas casas, a Prefeitura enviou à Câmara dois projetos de lei complementar que perdoam a dívida dos tributos municipais de 2014 e desobrigam esses municípios de pagar estas taxas em 2015 e 2016.

A matéria prevê que dez imóveis residenciais situados nas Ruas Alexandre Herculano e Vahia de Abreu, no Boqueirão, terão isenção total do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e da taxa de remoção do lixo domiciliar nesse período.

## Alívio

**“Estou com um quinto dos alunos que tinha e fui obrigado a mandar dez funcionários embora. Qualquer dinheiro que deixe de sair é muito representativo para nós”**

Benedito Juarez Câmara, dono da academia Mahatma

Seis comércios também podem deixar de pagar o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e Taxa de Licença para Localização e Funcionamento, caso a matéria seja aprovada pelo Legislativo.

Os imóveis residenciais selecionados foram os que permaneceram interditados por mais de três dias após o acidente. Já

o critério para escolha dos comerciais, além da interdição por três dias, foi a interrupção nas atividades por, pelo menos, duas semanas.

Com a medida, O Executivo santista estima deixar de recolher R\$ 193,9 mil em tributos.

AJUDA

“Essa isenção é boa, porque estamos em uma situação financeira muito complicada”, lamenta Benedito Juarez Câmara, dono da academia Mahatma, que teve permanente fechada desde a tragédia.

Ele conseguiu retomar algumas atividades provisoriamente em uma área emprestada pelo Colégio Stella Maris. “Estou com um quinto dos alunos que tinha e fui obrigado a mandar dez funcionários embora. Qualquer dinheiro que deixe de sair é muito representativo para nós”, afirma.

TRÂMITE LEGAL

Apesar de o projeto de lei ter



A fachada da academia Mahatma ainda acumula entulho do acidente, que completa 4 meses no sábado

dado entrada na Câmara esta semana, ainda não há prazo de quando será analisado pelos vereadores, pois ainda deve passar por comissões da Casa. Como as

sessões terminam na próxima semana, uma possível aprovação deve ficar para o próximo ano.

Em caso de os projetos se tornarem lei, a isenção não é

automática. Os proprietários terão de solicitar os benefícios no prazo de quatro meses após a publicação em Diário Oficial.



Casimirthes não pôde entrar no banco porque elevador estava parado

# Idosa não pode entrar em banco

DA REDAÇÃO

A pensionista Casimirthes Schiavinato Marinano, de 78 anos, que se locomove com cadeira de rodas, não conseguiu entrar na agência do Banco do Brasil, no Gonzaga, em Santos. Isso porque o elevador de acesso para pessoas com deficiência não funcionava.

O caso aconteceu na tarde de ontem, quando a idosa foi ao local para fazer o recadastramento – necessário para continuar recebendo seu benefício mensal. Ela foi ao banco junto com a filha, Evelyn Schiavinato Mariano Arakaki, mas preci-

sou aguardar do lado de fora da agência, na Rua Galeão Carvalhal. Ficou sozinha, no calor, por mais de uma hora, enquanto a filha entrou no estabelecimento para tentar resolver a situação.

O recadastramento é obrigatório e deve ser feito anualmente, com a presença da idosa. Caso contrário, ela não recebe o pagamento e fica impossibilitada, por exemplo, de comprar seus medicamentos e pagar o seu plano de saúde.

Indignada, a filha conta que os funcionários da agência disseram que o elevador está inter-

ditado, porque não tem alvará. Ou seja, o local está sem acesso para quem usa cadeira de rodas. “A sugestão que me deram foi subir e tentar resolver sozinha, mas não consegui. Isso porque fui um dia antes perguntar com era o procedimento para não ter dor de cabeça, mas não adiantou”, lamenta Evelyn.

SEM RESPOSTA

A Tribuna fez contato com o Banco do Brasil sobre a queixa da pensionista, mas não teve retorno até o fechamento desta edição

## Leitura Rápida

**Peruíbe Vacinação acaba na sexta-feira**

Trata-se de uma campanha contra poliomielite (paralisia infantil) e sarampo a crianças menores de 5 anos. A vacinação é das 8 às 17 horas nas unidades básicas de saúde (UBSs) Parque do Trevo, Caraguava, Ribamar, Jardim Veneza e na Casa da Mulher. A vacina contra pólio começa a ser aplicada aos 6 meses, e contra sarampo, em crianças a partir de 1 ano.